



# Anais da Assembléia

N.90 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1986 ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 74.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e José Antônio Fonseca.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Geronte Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei n.187/86, que declara de utilidade pública a Associação Assistencial da Igreja Batista em Renovação Espiritual, de RIO NEGRO.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.160/86, de autoria do Deputado Odeni Mongrue, que isenta do pagamento de IPVA, veículos na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, amparado pela alínea "C", do art.106, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, a inclusão do Projeto de Lei n.158/86, oriundo da Mensagem n.82/86, que trata do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ELOINA CREPLIVE BARON, ocorrido no dia 20/08/86, no município de Quatro Barras.

O passamento da Senhora ELOINA, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade local, visto ser de família tradicional da região.

Que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência a seus filhos: JOSÉ VALDEMAR BARON FILHO, TEREZA DE GUADALUPE PEREIRA e MARIA ALICE BARON, em Curitiba, na pessoa do Senhor João Carlos Creplive, na Segunda Secretaria desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação

dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, a destinação de material permanente para o Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de primeiro e segundo Graus, localizado na Municipalidade de Sertãoópolis.

Naquele tradicional e conceituado estabelecimento de ensino de Sertãoópolis, o reinício das aulas foi, a exemplo do semestre anterior, marcado pela necessidade real de materiais permanentes, conforme informação da Ilustríssima Senhora Diretora Claudete Martins Kozan, que afirma existir muitos transtornos face ao citado problema.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, a designação de um engenheiro-agrônomo para seu escritório localizado na Municipalidade de Peabiru.

Torna-se perfeitamente dispensável tecer comentários com respeito da importância em termos sócio-econômicos do Município de Peabiru, bem como a sua região, principalmente no que tange às atividades agrícolas, no contexto estadual.

Por outro lado, infelizmente, tais fatores bem parecem desconsiderados pelos órgãos governamentais, como no caso da ACARPA daquela cidade. Atualmente, não mais dispõe de um engenheiro-agrônomo para prestar, junto ao setor, a assistência rural como antes ocorria, trazendo, por conseguinte, sérios transtornos para o conjunto dos produtores peabiruenses.

Assim sendo, diante do que acontece atualmente, que essa Associação de Crédito e Assistência Rural, em conjunto com essa Pasta, determinem, num menor prazo de tempo possível, a contratação de novo profissional para seu escritório na cidade.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Dire-

tor-Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná -, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, visando a realização de benfeitorias no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola - Ensino de primeiro e segundo Graus, localizado na municipalidade de Fênix.

Tendo em vista a construção, ora em andamento, de uma quadra esportiva, a mesma ficará muito próxima ao prédio do Colégio Santo Inácio de Loyola, mais precisamente a uma distância de 1,50m das salas de aula (numa das laterais) e da horta existente (em outra lateral). Deste modo, visando proporcionar segurança ao imóvel, faz-se necessário a colocação de grades em todas as janelas, bem como alambrado cercando a quadra.

Diante da exposição de motivos, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Diretor Celso Tomé da Silva, aguarda-se, por parte dessa Empresa e da Secretaria da Administração, o respaldo necessário a presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados SÉRGIO SPADA e JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinados, no uso de suas atribuições constitucionais e de conformidade com o Regimento Interno, REQUE-REM de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, o envio do expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, pedindo a elevação da COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, à ENTRÂNCIA FINAL.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(aa) SÉRGIO SPADA e JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.  
JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu tem uma população de 183 mil habitantes. Com 200 mil habitantes na comarca que inclui o município de Sta. Tereza de Itaipu. Congregando um Colégio Eleitoral de setenta e sete mil quinhentos e setenta e cinco eleitores.

O movimento forense da comarca, até 20 de agosto de 1986, registrou os seguintes índices: Varas Cíveis e de Família, 2202 feitos; Varas Criminais, inquéritos e precatórias: 1222; Processos em andamento: 1ª Vara Cível, 4.450; 2ª Vara Cível, 4.100; 1ª Vara Criminal, 607; 2ª Vara Criminal, 670; Vara de Menores e Anexos, 1.827.

Mas, não somente por essa estatística, a Comarca de Foz do Iguaçu deve ter o seu porte reconhecido de ENTRÂNCIA FINAL, como também, pela sua posição estratégica. Sendo comarca de fronteira, é a porta e desembocadura inevitável dos conflitos humanos do nosso tempo, a maioria

deles exigindo a presença "in loco", de toda a POTENCIALIZAÇÃO DO PODER DO ESTADO, a cargo do Judiciário.

São as atividades aventureiras de fronteira envolvendo uma gama custosa de acontecimentos, como contrabandos, tráfico de drogas, furtos de veículos, etc. E, o cotidiano da cidade já é marcado por uma situação urbana "sui generis", porquanto, é a única cidade do Brasil, que tem transporte urbano internacional, com linhas ligando as cidades de Puerto Presidente Ströessner no Paraguai e a Argentina.

A elevação da comarca, a grau final, dá à Justiça daquela região, uma maior potencialização que beneficiará o progresso e a vida de todas as populações do Extremo-Oeste.

Justifica-se, ainda, pelo crescimento econômico da região, registrado entre os maiores do Brasil.

Havendo, pois, os pressupostos básicos para o presente pedido, quais sejam: VOLUME DE TRABALHO E AUTONOMIA REGIONAL DE SUSTENTAÇÃO DE CUSTOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Coordenador de Planos e Programas Municipais de Transportes - CPMT, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus entre as municipalidades de Campina da Lagoa e Mamborê.

Tal solicitação, baseia-se em dados levantados pela Administração Pública de Campina da Lagoa com respeito a um grande número de pessoas que ficam por vezes impossibilitadas de se deslocarem da referida cidade até o município de Mamborê, notadamente as de menor poder aquisitivo.

Neste sentido, a implantação de uma linha de ônibus ligando ambas as cidades vai permitir, em primeiro lugar, a integração daquelas pessoas que, na região residem e, em segundo lugar, resolverá um sério problema no setor de transportes, que é a falta de ônibus numa linha que deve ter o início em Campina da Lagoa, passando pelo seu Distrito de Herveira e, posteriormente, pela localidade de Guarani, pertencente ao município de Mamborê, e finalmente na sede do mesmo.

Aguarda-se, portanto, o empenho por parte dessa Coordenadoria, assim como dessa Pasta, no intuito da concretização do que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, correspondência dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Instituto da Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, visando a construção de residências para os servidores públicos da região de Campo Mourão.

A Câmara Municipal de Campo Mourão, numa de suas sessões, aprovou, dentre outras matérias, indicação apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Ephigênio José Carneiro com respeito ao Programa Habitacional do IPE. O citado plano vem sendo posto em prática em diversas cidades do Paraná, sendo que muitas já chegaram à fase final.

No entretanto, segundo o nobre Edil, os recursos que serão destinados, assim como o número de unidades por município, há muito tempo já foram definidas. Ocorre que Campo Mourão, nem sequer para metas futuras está incluído, o que representa, fora de qualquer dúvida, o desconhecimento ou indiferença para com a região Centro-Oeste, integrada por outras dezenove cidades, notadamente no que se refere aos 1.200 servidores mourãoenses e 3.000 da microrregião.

Deste modo, mais do que nunca, é de vital importância a construção de residências ao conjunto do funcionalismo público, seguramente merecedor dos benefícios que podem advir do Programa Habitacional do IPE, reivindicação que por certo merecerá, a partir de agora, o respaldo que for necessário.

Sala das Sessões, em 28/08/86.

(a) RUBENS BUENO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há expediente a ser lido. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rubens Bueno. (Ausente).

Não havendo oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Falará o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhor Líder do PMDB.

Recebi ontem, de uma cidadã comum, um panfleto que passarei a ler: (lê):

"Ao trabalhador os direitos, lutemos por eles.

Não podemos deixar que os grupos financeiros que tantos anos nos cobraram juros exorbitantes, continuem agindo.

Precisamos lutar, reivindicar "nossos direitos.

Observe se os juros cobrados quando você atrasa uma prestação estão de acordo com os fixados pelo Banco Central.

Chega de nos massacrar!

Peça ao professor de seu filho que faça o cálculo do juro cobrado pela financeira. Se houver abuso, procure o Banco Central, o SEDEC e denuncie.

Com a sua denúncia, do seu vizinho, do seu amigo, conseguiremos que os nossos direitos sejam respeitados. Juntos, conseguiremos que as autoridades tomem providências.

Reclame, lute, pelo que é seu!"

Isto vem muito bem a propósito do PACOTE CRUZADO do Presidente Sarney, que congelou os salários, transformou o brasileiro em um seu fiscal, mas, não pôs, para agir, prontamente, a não ser nas primeiras horas, nas horas de aparecer na imprensa nacional, os órgãos federais para atuar como deveriam atuar para conter esses abusos.

Na realidade, as financeiras - e cito nominalmente, a FININVEST - está cobrando juros de 10, 12% - por um ou dois dias de atraso nas prestações de seus financiados.

Isto não é somente um abuso, é um assalto ao bolso do povo. E, no entanto, se recorre ao Banco Central, se recorre à SUNAB, e fica-se de um jogo de empurra para lá e para cá, e não se tomam as providências cabíveis para conter este assalto à mão desarmada.

No entanto, os "trombadinhas" que são desamparados pela sociedade, continuam levando bordoadas dos policiais; continuam sendo escorraçados pelo Estado, e as pessoas que trabalham com dignidade, trabalham com seriedade, tentando construir a sua vida, dignificando-se e dignificando a sua família, a sua comunidade e o seu Estado, não recebem deste, nem da União, o amparo necessário para fazer valer os seus direitos.

E este panfleto de uma cidadã comum, que começa dizendo: "Ao trabalhador os direitos, lutemos por eles", é uma convoca-

ção para que nós cobremos do Governo, a ação pronta e enérgica, dos órgãos que deveriam conter esses abusos.

Assaltante não é somente aquele que põe o revólver nas costas do cidadão; é também, aquele que mete a mão no bolso do cidadão, amparado por uma lei inexistente, mas amparado, principalmente pelo uso e abuso de todas as impunidades praticadas ou não praticadas, de todas as impunidades. E eles, agindo como se fossem donos de todos os direitos, fazem do cidadão um dislante para si, fazem dele, o veículo de seus enriquecimentos ilícitos, ou seja; o trabalhador precisa ter os seus direitos respeitados, os seus direitos garantidos, porque ele, como cidadão comum, não pode entrar numa financeira e arrebentar com tudo. Mas, o Estado e a União, através dos órgãos federais e estaduais, poderia, realmente, tomar uma ação pronta e enérgica para que as financeiras parassem de assaltar o trabalhador paranaense e o trabalhador brasileiro.

Nós não podemos ficar silenciosos quando desencadearam uma campanha transformando cada cidadão num fiscal da Nação.

O trabalhador está com seu salário achatado, e muitos quando foi implantado o Plano Cruzado, estavam em vias de receber o aumento justo, da inflação passada, e no entanto, estão aí as financeiras roubando, assaltando, desafiando a tudo e a todos, e o dono da mercearia sendo coagido, pelo fiscal da SUNAB, por vender um produto qualquer por um precinho um pouco mais.

E, no entanto, é paranaense e é nacional. As financeiras estão a assaltar o povo brasileiro, numa impunidade que afronta a todos nós, que afronta a nossa seriedade de querer respeitar o Plano Cruzado, e se for para mantermos esta postura, e se for para nós compactuarmos apenas para combater o pequeno comerciante, se não se tomar providências contra estas financeiras, é bom que se diga que, neste País não se implantou uma Nova República, mas uma grande farsa para massacrar, mais uma vez o trabalhador brasileiro, e vem aí o funcionário público, com seu salário achatado; vem o bancário com seu salário achatado e dizem que tudo está congelado, vemos aí todos com seus salários achatados e tudo está congelado. Mas, o assalto das Financeiras, o assalto dos grupos apaniguados pelo Governo e pelo Poder não estão congelados. O assalto continua, à mão desarmada, procurando amparo numa lei que não existe mais; é a Lei da Usura, da corrupção e da desonestidade que está ainda sendo o céu e a estrela do Governo a proteger esta corja de ladrões que não respeita o trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.39/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ÂNGELO PLANAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.84/86, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Assistência aos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz", com sede e foro no município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.109/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA", com sede e foro no município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.136/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "Guataçara Borba Carneiro" a Rodovia Estadual PR-340, que ligará o Município de Castro ao Município de Tibagi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.116/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra do Bispado de Rito Ucraniano, os imóveis de sua propriedade, que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.49, de 22/05/86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 116/86

PARECER:

O ilustre Deputado Djalma de Almeida César, com o presente plano de lei, dá autorização ao chefe do Poder Executivo a doar à Mitra do Bispado de Rito Ucraniano, os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes 1 - 2 e 3, da Quadra 86, da planta Vila Bairro Alto, nesta Capital.

Quanto ao mérito, a matéria em análise

se justifica, pois, os objetivos que serão dados aos imóveis que se pretende doar é, segundo o próprio autor, a realização de campanhas pela Mitra Ucraniana, no sentido de desenvolver atividades de caráter religioso, educacional e cultural.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça entendemos que por se tratar de apenas um projeto autoritário, encontra-se perfeitamente entre os que estabelece o Art.25 de nossa Constituição. É, portanto, legal e constitucional e procurou ainda o autor da proposição, por se tratar de imóveis pertencentes ao Estado, com o Art. 2º, caso o imóvel não tenha o uso a ele destinado, a reversão para o patrimônio do Estado.

Nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
FUAD NACLI - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.120/86, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado que especifica, ao município de Pérola. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 51, de 28/05/86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.120/86

PARECER:

O nobre Deputado Nelson Vasconcellos apresenta proposição que vem autorizar o Poder Executivo a doar um imóvel de propriedade do Estado, que especifica, ao município de Pérola.

Estudando o assunto abordado, conclui-se que a mesma virá atender necessidades do município de Pérola, além de estar de acordo com os preceitos legais e constitucionais que regulam a matéria.

Portanto, o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação do projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
GERNOTE KIRINUS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.138/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.75/86), objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao município de Paranaguá, os imóveis que especifica, havidos pelo Estado do Paraná conforme as transcrições imobiliárias que menciona, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.66, de 23/06/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 138/86

PARECER:

Através da Mensagem Governamental n.75/86, o chefe do Poder Executivo, objetiva a autorização deste Poder para doar ao Município de Paranaguá, os imóveis de propriedade do Estado, constituídos dos lotes n. 7.754 (parte); lote n. 1.439; lote n. 1.922 (parte) e lote n. 1.839 (parte), todos transcritos no cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

De acordo com a ampla justificativa que acompanha a Proposição, notamos a preocupação do nobre autor em esclarecer que a medida proposta "consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade", tendo-se em vista que os referidos imóveis serão utilizados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de regularizar a situação de diversos ocupantes que ali já edificaram suas residências.

Esclarece, ainda, o Senhor Governador, que a Proposição submetida a esta Casa, "foi procedida de criteriosos estudos realizados pelas Secretarias de Estado dos Transportes e da Administração, nos quais houve participação do município de Paranaguá".

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, examinando sua legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa obstruir sua normal tramitação pelas demais Comissões, razão pela qual nosso Parecer é favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
FUAD NACLI - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eloína Creplive Baron, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, no município de Quatro Barras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.187/86, que declara de utilidade pública, a Associação Assistencial da Igreja Batista em Renovação Espiritual, do Município de Rio Negro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.160/86, que isenta do pagamento do IPVA, os veículos na forma que especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência ao Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo benfeitorias no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência ao Senhor Coordenador de Planos e Programas Municipais de Transportes - CPMT, por intermédio da Secretaria dos Transportes, viabilizando a implantação de uma linha de ônibus entre os municípios de Campina da Lagoa e Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a construção de residências para os servidores públicos do município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro-agrônomo para o seu escritório do município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de material permanente para o Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do município de Sertãoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Sérgio Spada e José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de correspondência ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu, a Entrância Final. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.158/86, oriundo da Mensagem n.82/86, que trata do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1.º, às 10:00

horas, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 36/86, 45/86, 59/86, 61/86, 68/86, 72/86 e 74/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 39/86, 84/86, 109/86 e 136/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 116/86, 120/86 e 138/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 108/86.

Levanta-se a sessão.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e José Antônio Fonseca.

Às dez horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirimus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 41/86 (Mensagem n. 01/86 - ex-Proposição n. 22/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, que referenda nos termos do art. 5.<sup>o</sup>, da Lei n. 8.183, de 09.12.85, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para exercício de 1986, todos constantes do Decreto n. 7.228, de 08.01.86. Aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 41/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> - Ficam referendados nos termos do art. 5.<sup>o</sup>, da Lei n. 8.183, de 09 de dezembro de 1985, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1986, todos constantes do Decreto n. 7.228, de 08 de janeiro de 1986.

## FUNDAÇÕES

- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
- Fundação Edison Vieira
- Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR
- Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR
- Fundação Teatro Guaíra
- Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR
- Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL
- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG
- Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória
- Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
- Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho
- Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro
- Faculdade de Educação Musical do Paraná
- Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR
- Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR
- Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF
- Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR

#### AUTARQUIAS

- Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Paraná - IPE
- Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE
- Instituto de Assistência ao Menor
- Departamento de Trânsito - DETRAN
- Junta Comercial do Paraná
- Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA
- Superintendência do Controle de Erosão do Paraná - SUCEPAR
- Departamento de Estradas de Rodagem - DER
- Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA
- Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM-PR

#### ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL

- Departamento Estadual de Estatística - DEE
- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC
- Loteria do Estado do Paraná
- Coordenação da Receita do Estado
- Departamento Estadual de Administração de Material - DEAN
- Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO
- Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem - DAMI
- Biblioteca Pública do Paraná
- Colégio Estadual do Paraná

#### EMPRESAS PÚBLICAS

- Empresas de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR
- Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR
- Empresa Paranaense de Assistência

Técnica de Extensão Rural - EMATER

- Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR

- Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Sala das Comissões, em março de 1986.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Proposição n. 22/86

PARECER:

Em cumprimento ao estabelecido pelo artigo n. 5º, da lei n. 8183, de 09 de dezembro de 1985, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminhou a esta Assembléia Legislativa, para o devido referendamentamento, os orçamentos das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, devidamente aprovados pelo Poder Executivo através de decreto.

Este dispositivo, inserido na lei de meios referente ao exercício de 1984, por iniciativa desta Casa de Leis, foi seguido pelo Poder Executivo nos anos subsequentes, para tornar-se após três anos seguidos, um reconhecimento do poder fiscalizador da Assembléia Legislativa sobre a atuação futura das empresas administradas pelo Estado e geridas com recursos do povo do Paraná.

"Art. 5º - As Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e os Órgãos de Regime Especial terão, na forma da lei, os seus orçamentos próprios aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa".

Do exame da matéria, com seu conteúdo técnico, refletindo uma situação proposta para o exercício financeiro de 1986, podemos opinar que reflete, quanto ao seu conteúdo, os interesses do Estado. E, em se tratando somente de homologar os orçamentos próprios anteriormente descritos e aprovados por decreto pelo Senhor Governador, o nosso parecer é favorável à HOMOLOGAÇÃO, na forma da minuta de projeto de resolução a este anexado. Este é o entendimento do relator, visto ser, na verdade, a homologação, ato de retificação, pois, de modo diferente àquele ajustado ou estabelecido no ato homologando e homologado, somente lhe força e ativa o direito de execução.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1986

(aa) TRAJANO BASTOS

Presidente

ACIR MEZZADRI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/86 (Mensagem n. 70/86 - ex-Proposição n. 78/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E

JUSTIÇA, que aprova Convênios datados de 26.02.86, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e os Municípios de Araucária, Colombo e Piraquara, com interveniência da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME, para a implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros nas municipalidades. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 45/86 (Mensagem n. 17/86 - ex-Proposição n. 38/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo, com os municípios e nas datas que especifica, visando a implantação de áreas de lazer e dos equipamentos básicos para o seu funcionamento nas municipalidades. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 46/86 (Mensagem n. 59/86 - ex-Proposição n. 72/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 03/02/86, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários e da Secretaria de Emprego e Salário, objetivando a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do SINE no Estado. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Ordinária, para segunda-feira, dia 1.<sup>o</sup>, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 41/86, 44/86, 45/86 e 46/86  
Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DÉCIMA LEGISLATURA ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Adhail Sprenger Passos apresentou Redação Final aos seguintes Processos: Projeto de Reso-

lução n. 15/86 e Projeto de Resolução n. 16/86, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DÉCIMA LEGISLATURA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ivan Gubert, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Erondy Silvério apresentou Redação Final ao Projeto de Lei n. 50/86, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) IVAN GUBERT - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DÉCIMA LEGISLATURA ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ivan Gubert, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Erondy Silvério apresentou Redação Final ao Projeto de Resolução n. 25/86, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza

os efeitos legais.

(aa) IVAN GUBERT - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, a Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Erondy Silvério apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 13/84, de autoria do Deputado Márcio Almeida e o PROJETO DE LEI N. 127/85, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, bem como o Deputado Adhail Sprenger Passos apresentou Redação Final aos processos seguintes: PROJETO DE LEI n. 33/86, de autoria do Poder Executivo; PROJETO DE LEI N. 126/86, de autoria do Poder Executivo e PROJETO DE LEI N. 132/86, de autoria do Poder Executivo, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ivan Gubert, constatada a existência de número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Amélia Hruschka apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 292/84, de autoria do Deputado Edgard Pimentel; PROJETO DE LEI N. 153/85, de autoria do Deputado Edgard Pimentel; PROJETO DE LEI N. 227/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão; PROJETO

DE LEI N. 249/85, de autoria do ex-Deputado Roberto Requião; PROJETO DE LEI N. 293/85, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi; PROJETO DE LEI N. 305/85, de autoria do Deputado Homero Oguido; PROJETO DE LEI N. 312/85, de autoria do Deputado Sabino Campos, e PROJETO DE LEI N. 14/86, de autoria do Deputado Fuad Nacli, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) IVAN GUBERT - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ivan Gubert, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Adhail Sprenger Passos apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 36/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno; PROJETO DE LEI N. 45/86, de autoria do Deputado Rubens Bueno; PROJETO DE LEI N. 59/86, de autoria do Deputado Odeni Mongruel; PROJETO DE LEI N. 61/86, de autoria do Deputado Hermas Brandão; PROJETO DE LEI N. 68/86, de autoria do Deputado Ivan Gubert; PROJETO DE LEI N. 72/86, de autoria do Deputado Homero Oguido e PROJETO DE LEI N. 74/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) IVAN GUBERT - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de

hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Mahado, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Nelson Vasconcellos, Trajano Bastos, Ezequias Losso e Fuad Nacli. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI N. 39/86, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator, Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI N. 158/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 82/86, objetivando dar nova redação ao Art. 11 e seus incisos e parágrafos, da

Lei n. 7424, de 17/12/80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo e sobre a redistribuição dos funcionários integrantes do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, inclusive os inativos. Relator, Deputado Djalma de Almeida César. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
Lúcia M. da Veiga Segall - Secretária